



**ACÓRDÃO Nº507/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 1588/2010.**

**Aposos:** Processo nº 1939/2016.

**2- Assunto:** Embargos de Declaração

**3- Embargante:** Ministério Público de Contas

**4- Advogado:** Miquéias Matias Fernandes - OAB/AM 1516 e Helen Grace Costa Sena

**5- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 728/2017-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

**6- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Provimento.*

**7- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em consonância com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**7.1. Conhecer** os presentes Embargos de Declaração, interpostos pelo Ministério Público de Contas, nos moldes do Art. 148, da Resolução nº. 004/2002

**7.2. Dar Provimento** ao presente recurso do Ministério Público de Contas, no sentido de:

7.2.1. Sanar a omissão relacionada à não manifestação quanto a solicitação de medida Cautelar, para, considerando inexistentes o receio de grave lesão ao erário e/ou ao interesse público, bem como o risco de ineficácia de decisão de mérito, negar provimento ao pedido;

7.2.2. Sanar a omissão relacionada a não aplicação da penalidade prevista no art. 56 da Lei Orgânica deste Tribunal, porém não alterar o Acórdão no que se refere a este ponto, visto que o julgado atende as determinações da Lei nº. 2423/1996.

7.2.3. Sanar a omissão relacionada ao prosseguimento do contrato nº. 24/2009, com preços unitários superiores aos orçados pela administração quando comparados aos preços apresentados pela proposta vencedora, porém não alterar o



**ACÓRDÃO Nº507/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Acórdão no que se refere a este ponto, considerando que o Estado do Amazonas ao aceitar a proposta vencedora, contendo preços unitários diferenciados, estava seguindo as normas gerais de contratação com o BID.

**7.3. MANTER** os demais termos do Acórdão.

**8- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**9- Data da Sessão:** 16 de Maio de 2017

**10- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**11- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Presidente, em sessão.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral